



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
LEGISLATIVO MUNICIPAL DE IMBÉ  
GABINETE DO PRESIDENTE**

Ofício 123/22 Adm.


Imbé, 04 de outubro de 2022

**MOÇÃO DE APOIO**

**Excelentíssimo Senhor,**

Na condição de Presidente do Legislativo Municipal de Imbé, em atendimento a Moção 06/22, aprovada em Sessão Ordinária do dia 26/09/2022, de autoria do Vereador Paulinho Enfermeiro, vem pelo presente manifestar apoio ao Projeto de Lei Complementar 44/2022, que permite que Estados e Municípios possam realocar recursos para viabilizar o pagamento do piso salarial da enfermagem.

Segue em anexo cópia da proposição aprovada pelo Plenário desta Casa.



**Ver. Marcelino Teixeira**  
Presidente do Legislativo

---

Ao Excelentíssimo Senhor  
**Presidência do Senado Federal**  
Brasília/DF



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**LEGISLATIVO MUNICIPAL DE IMBÉ**

**MOÇÃO DE APOIO Nº 06 /2022**

Imbé, 23 de Setembro de 2022.

Senhor Presidente!

O Vereador Paulinho Enfermeiro, vem na forma regimental, apresentar esta Moção de Apoio ao Pedido ao Projeto de Lei Complementar 44/2022, que permite que estados e municípios possam realocar recursos para viabilizar o pagamento do piso salarial da enfermagem, suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF) provisoriamente.

O Vereador, no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei Orgânica do Município de Imbé e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Imbé, vêm apresentar esta MOÇÃO DE APOIO pois o senado pretende votar antes do primeiro turno das eleições o Projeto de Lei Complementar 44/2022, que permite que estados e municípios possam realocar recursos para o combate à covid-19 para outros programas na área da saúde. A proposta que tem o apoio da Confederação Nacional dos Municípios(CNM), pode liberar cerca de R\$27,7 bilhões não utilizados e, com isso, viabilizar o pagamento do piso salário dos enfermeiros, suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O piso salarial para enfermeiros foi aprovado pelo Congresso Nacional no valor de R\$4.7500, sendo 70% desse valor – R\$3.325 – aos técnicos de enfermagem; e 50% - R\$3.325 – aos auxiliares de enfermagem e parteiras.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votaram para manter a suspensão da lei que estabelece o piso salarial da enfermagem. Por 7 a 4, os membros da Corte mantiveram a decisão do ministro Roberto Barroso de suspender os efeitos da lei por 60 dias até que o governo federal, estados, Distrito Federal e entidades do setor esclareçam sobre os impactos financeiros da medida.

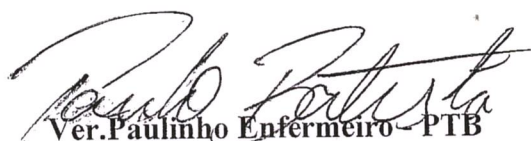
Diante do exposto, após aprovação deste Soberano Plenário, requer que seja encaminhada a presente MOÇÃO a Presidência da Câmara dos Deputados, e do Senado Federal.

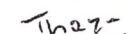
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMBÉ-RS**

**SECRETARIA ADMINISTRATIVA**

DATA: 23 / 09 / 22

PROTOCOLO Nº: 720

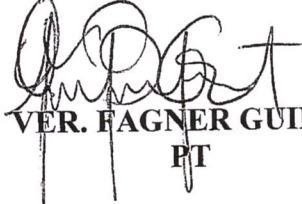
  
Ver. Paulinho Enfermeiro - PTB

  
Thais de Moraes Cernicchiaro  
Auxiliar Administrativo  
Part. 121/2021 - Matr. 697



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**LEGISLATIVO MUNICIPAL DE IMBÉ**

  
**VER<sup>a</sup> CLÁUDIA DUARTE**  
**PDT**

  
**VER. FAGNER GUINER**  
**PT**

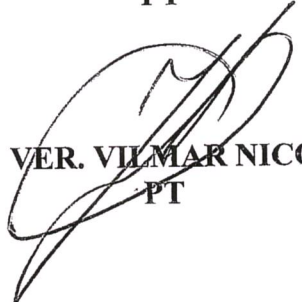
**VER. FABRÍCIO REBECHI**  
**PTB**

  
**VER<sup>a</sup> RENATA NUNES**  
**MDB**

  
**VER. MARCELINO TEIXEIRA**  
**MDB**

  
**VER. PAULO GALIMBERTI**  
**MDB**

  
**VER<sup>a</sup> VIRNA ALICE**  
**PT**

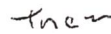
  
**VER. VILMAR NICO**  
**PT**

CÂMARA MUNICIPAL DE IMBÉ-RS

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

DATA: 23 / 09 / 22

PROTOCOLO Nº: 720

  
 Thayse de Moraes Cernicchiaro  
 Auxiliar Administrativo  
 Port. 121/2021 - Matr. 697